



A compreensão morfológica de assentamentos humanos em contexto periféricos: epistemologia, forma e relações

Kamila Diniz Oliveira^a, Ana Cláudia Duarte Cardoso^b e Fernanda Manuela Carvalho da Silva Santos^c

^aUniversidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA), Belém, Pará, Brasil.
E-mail: kamiladinizoliveira@gmail.com

^b Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA), Belém, Pará, Brasil
E-mail: aclaudiacardoso@gmail.com

^c Universidade Federal do Pará, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UFPA), Belém, Pará, Brasil.
E-mail: frndasantos@gmail.com

Submetido em 15 de outubro de 2024. Aceito em 26 de dezembro de 2024.
<https://doi.org/10.47235/rmu.v12i2.426>

Resumo. A morfologia urbana foi criada para analisar as cidades europeias históricas, na conjuntura do pós-guerra e do modernismo. Mais de meio século depois, ainda há carência de estratégias de análise para compreensão de formas que não se enquadram nos padrões de formalidade, e de instrumentos e metodologias que sejam capazes de entender as particularidades dos assentamentos humanos de produção não planejada e/ou informal (Kamalipour; Dovey, 2019, apud Spolaor e Oliveira, 2021). Alguns conceitos e elementos de análise da morfologia não são facilmente aplicáveis às espacialidades encontradas em áreas periféricas, consideradas informais. Apesar disso, algumas pesquisas têm confirmado a utilidade de conceitos clássicos da morfologia urbana (Spolaor e Oliveira, 2021). A criatividade na adaptação e criação de ferramentas de análise para a forma dos espaços em áreas periféricas tem sido fundamental, demandando reflexões sobre a compreensão de espacialidades em contextos não idealizados pela literatura da morfologia e do planejamento urbano. O processo da urbanização demanda a compreensão do espaço de vivência humana como um produto dinâmico para análise. Este artigo tem como objetivo revelar um tipo de urbano em meio a floresta, com compreensão da microrrede de assentamentos tradicionais (ribeirinhas e quilombolas) amazônicas na região do Baixo Tocantins/PA, onde os elementos, as relações e os processos espaciais demandaram novas epistemologias morfológicas.

Palavras-chave. morfologia urbana, microrrede de assentamentos, identidade local, assentamentos tradicionais amazônicos

Introdução

Originalmente, a Morfologia Urbana se constituiu como um campo de investigação para compreensão das cidades europeias, auxiliando na identificação de padrões, contextos, escalas e dimensões, gerando assim

um arcabouço espacial para o planejamento dessas cidades. As investigações morfológicas sempre foram fortemente influenciadas por três escolas: italiana (processo tipológico), inglesa (histórico-geográfica) e a sintaxe espacial orientada pela matemática (Scheer, 2015).

A definição de Morfologia Urbana, conforme apresentada por Moudon (1997), destaca que o espaço da cidade é compreendido como habitat humano, considerada como a intervenção humana mais complexa, uma conjunção entre natureza e espaço. A referência hegemônica de vida urbana para a civilização humana tem sido a cidade, todavia existe uma variedade de assentamentos humanos fora desses padrões difundidos de cidade, não apenas de ampla diversidade, mas também complexidade. Assim como existem diferentes maneiras de identificar, selecionar e analisar a forma dos assentamentos por grupos humanos orientados por outros valores que não os das sociedades industriais.

A Morfologia Urbana coloca-se como estratégia de análise da forma que utiliza elementos hierárquicos e estratificados, estabelecidos a partir da divisão entre o espaço livre e o privado. No contexto de origem das análises morfológicas, as sociedades capitalistas, as formas urbanas manifestam relações de troca e expressam valor assim como são mercadorias complexas devido ao acúmulo de tempo e capital. A análise morfológica urbana examina a forma através de níveis, onde cada nível ou camada abriga uma dimensão da realidade. A articulação com outros níveis, especialmente os mais amplos e necessariamente mais abstratos, ocorre por meio de relações de ordens e controle (Araújo, 2021, Kropf, 2014). Essa hierarquização composicional permite dividir os elementos da forma urbana em três sistemas principais: sistemas de edifícios (conjunto de espaços edificados, constituindo todas as construções inseridas nos lotes), de parcelas (delimita o domínio público e privado, sendo o seu conjunto a formação da quadra) e de ruas (definem as quadras e distinguem os domínios público, semipúblico e privado) (Oliveira, 2016, Kropf, 2014). Vários autores fizeram referência ao princípio da hierarquia composicional de maneira figurativa como Alberti (1988) e Smithson (1968), outros buscaram o conceito em detalhes formais como Alexander (1979, 2003) e Habraken (1972, 1998). Contudo, o conceito de hierarquia composicional foi amplamente desenvolvido pelas abordagens tipológicas por Caniggia e Maffei (1979, 1984) e histórico-geográfica por Conzen (1960) (Conzen, 2022[1969]).

Ao longo do século XX, prevaleceu a imposição de modelos euro-americanos de planejamento sobre as cidades e regiões de países periféricos, dentro de uma visão de desenvolvimento, que assumiu os países colonizadores como as referências universais, em um mundo onde ainda prevalece a diversidade, apesar das forças de homogeneização próprias do sistema capitalista. Esses modelos não conseguem reconhecer e assimilar a realidade local, promovendo e reforçando a exclusão social e espacial (Watson, 2009). Na prática, conforme o avanço do ideário de cidade euro-americanos, surgiram cidades híbridas, resultado da ação de agentes disseminadores das fórmulas modernistas ligadas às concepções de desenvolvimento industrial e de suas contrapartes informais. Essas cidades materializam a exclusão, mas também refletem a produção de espaço pelos próprios habitantes, que em razão das suas práticas de produção e reprodução mais ligadas aos ecossistemas carregam consigo uma consciência cultural capaz de compreender a base biofísica e oferecer soluções para as crises enfrentadas no século XXI.

Os espaços produzidos fora da lógica hegemônica tomada como universal são rotulados como informais, e sua transformação é frequentemente defendida como necessária, e no sentido da reprodução dos padrões hegemônicos. Todavia, é necessário desmistificar a aparente desordem e inferiorização desses espaços em contextos não planejados para começar a entender suas possibilidades de evolução. Reconhece-se que existe alguma dificuldade na área da morfologia urbana para a compreensão dos espaços que não se enquadram na formalidade, por eventual falta de instrumentos capazes de rastrear as particularidades desses espaços (Kamalipour; Dovey, 2019, apud Spolaor e Oliveira, 2021; Cardoso, 2024).

Este texto defende que é essencial reconhecer a diversidade dos assentamentos humanos (contextos, cultura, civilização, aspectos físicos e outros), assim como defender outras maneiras de compreendê-los. Defendemos que há riqueza de métodos de investigação disponíveis na medida em que há várias formas de compreensão da diversidade e dos graus de complexidade dos assentamentos

humanos. Desse modo, mesmo em um único campo de pesquisa como a Morfologia Urbana, podem emergir diferentes abordagens melhor adaptadas, ou localizadas, de acordo com os contextos específicos (Kropf, 2009; Cardoso, 2024).

No entanto, isso implica na construção de mediações para alguns conceitos e elementos de análise da morfologia que não são aplicáveis às espacialidades encontradas em áreas periféricas. Apesar disso, algumas pesquisas têm confirmado a utilidade de conceitos da morfologia urbana (Spolaor, Oliveira, 2021) como ponto de partida para o exercício criativo de operar a adaptação e criação de ferramentas de análise para a forma dos espaços em áreas periféricas. Tal exercício, demanda reflexões sobre a compreensão de espacialidades em contextos não idealizados pela literatura da morfologia ou pelas concepções euro-americanas de planejamento urbano.

Nos estudos urbanos, ainda há uma carência de perspectivas comparativas abrangentes nos diversos contextos. Esse fato limita a capacidade de evidenciar a necessidade mecanismos diferenciados para compreensão de várias formas de construção de assentamentos humanos. A forma das áreas periféricas deve ser entendida por meio de uma visão múltipla e composta, por meio de evidências que revelam as práticas e costumes dos habitantes do espaço. O ideal seria buscar compreender a forma por meio das conexões com o passado histórico, o contexto social e econômico em que o assentamento se encontra (Maretto et al., 2014; Oliveira, 2016; Strappa, 2018, apud Spolaor e Oliveira 2021), assumindo assim a perspectiva da identidade espacial do local. Tal identidade é constituída por meio do vínculo de um morador com o lugar onde vive, ou de sua capacidade de se relacionar com o ambiente. Mais do que por enquadramento em categorias pré-estabelecidas, os espaços produzidos nas cidades do Sul Global precisam ser compreendidos pela forma de se viver no espaço e pela forma de apropriação, ultrapassando a ideia de precariedade (Spolaor e Oliveira, 2021), que é sempre destacada por métricas nacionais ou globais.

Karl Kropf (2009) buscou na própria forma construída parâmetros adicionais de

investigação da forma urbana, incluindo outras ligações e relações potenciais, tais como o uso da terra, atividades e fluxos, possibilitando a elaboração de análises diferentes daquelas já difundidas mundialmente. A sensibilidade à inclusão de novas bases de conhecimento para morfologia foi discutida por Michael Conzen, que defendeu que seus estudos não incluíram apenas a análise formal, mas também a interpretação, memória e significado. Kropf e Malfroy (2013, p.9) reconheceram que o "ambiente construído é um enorme conjunto de índices da atividade humana que o criou". A discussão geral é se a Morfologia Urbana deveria ser apenas um campo de conhecimento de observação e análise de elementos formais ou deveria incluir outras condições, relações e elementos, tais como agentes e significados. Este artigo defende esta segunda alternativa.

Seguindo essa perspectiva, é possível analisar a forma de realidades que estão fora da "formalidade", incluindo elementos/categorias, processos e relações que permitam a sua compreensão como assentamentos humanos urbanos. Este artigo tem como objetivo revelar um tipo de urbano em meio a floresta, com compreensão da microrrede de assentamentos tradicionais (ribeirinhas e quilombolas) amazônicas na região do Baixo Tocantins/PA, onde os elementos, as relações e os processos espaciais demandaram novas epistemologias morfológicas. O trabalho defende a captura da identidade local por meio da compreensão da apropriação espacial dos habitantes dos oito assentamentos estudados. Os dados foram coletados por meio de questionários socioespaciais aplicados em vivências realizadas em três viagens de campo, nos anos de 2022 e 2023.

A pesquisa se respalda no conceito de Urbanização extensiva (Monte-Mór, 1994) e Urbanodiversidade (Trindade Jr., 2010, 2013), para revelar que existem microrredes de assentamentos tradicionais amazônicos com conexões por motivos básicos e específicos que são a manifestação do urbano local. Isso amplia a discussão sobre o processo de urbanização no Sul Global, além de propor novas formas de análise da forma espacial de assentamentos humanos, e demonstrar que a

humanidade não está condenada à vida nas cidades.

A cidade e o urbano na Amazônia

A urbanização da Amazônia normalmente é contada a partir da colonização europeia, ou entendida a partir das cidades, ou ainda que a produção da rede urbana na região era inédita até o regime militar (Trevisan, 2011). Todavia, antes desses fatos existiram redes de diversos assentamentos humanos, com estruturas políticas particulares e formas de ocupação distintas. O processo de identificação de registros arqueológicos deixados por povos autóctones foi dificultado pela descontinuidade no desenvolvimento das civilizações devido à chegada dos portugueses, o que resultou no extermínio (conflitos armados, doenças e escravização) de muitos povos nativos no Brasil (Lopes, 2017, Neves, 2006, 2022).

A ocupação da Amazônia é muito anterior à colonização portuguesa; estudos arqueológicos e paleontológicos apontam a formação de sociedades das mais diversas ao longo do tempo e espaço, variando das organizações mais simples até as sociedades mais complexas (Roosevelt, 1992, Neves, 2006, 2022), ou seja, existiram sociedades urbanas, como as desenvolvidas em Santarém (Roosevelt, 2013), no Marajó (Schaan, 2011) e no Alto Xingu (Heckenberger et al., 2008). As aglomerações dos povos originários eram densas e diversas entre si, com núcleos de crescimento populacional e poderio político seguindo dinâmicas próprias, descritas por hierarquias políticas e multiétnicas, redes de comércio e tradições artísticas singulares (Lopes, 2017). Heckenberger et al. (2008) revelaram em seus estudos que os assentamentos pré-históricos encontrados no Alto Xingu lembram versões maiores das aldeias atuais, com estradas que partiam do centro do assentamento, de leste a oeste e de norte a sul. Estas estruturas devem ser compreendidas como núcleos urbanos, denominado de urbanismo galáctico que seriam um protourbanismo amazônico. O que ainda resiste no Parque Indígena do Xingu oferece uma versão miniaturizada desta organização pré-colonial, sítio onde os estudos arqueológicos revelam que as aldeias pré-coloniais poderiam ser até 100

vezes maiores que as aldeias atuais (Neves, 2022).

Com a colonização europeia, teve início uma situação de contato interétnico que resultou em um processo irreversível de aculturação e miscigenação dos povos indígenas pré-históricos (Corrêa et al., 1994). Com a chegada dos portugueses à região Amazônica, outra forma de produção de espaço foi instalada, ocorrendo de forma extensiva com a implantação de núcleos de pequeno porte, localizados às margens dos principais cursos d'água, e de atividades rurais – pecuária e agricultura – e extrativistas – de madeira e drogas do sertão (Miranda, 2009). O desenvolvimento das atividades extrativistas provocou o crescimento de Manaus e Belém, o surgimento de vilas e povoados e causou a formação de uma estrutura de classes distorcida que perdura até hoje, bem como a redução dos povos indígenas (Corrêa et al., 1994).

A trajetória de transformações na produção do espaço amazônico que originaram as cidades foi marcada por surtos econômicos de produtos voltados para exportação. Essa prática foi estabelecida desde a colonização portuguesa e intensificada com o projeto desenvolvimentista dos governos militares (Becker, 2013). As ações desses governos tinham como propósito alcançar o desenvolvimento, através de políticas de colonização, de projetos agrominerais e planos urbanísticos (Feldman, 2019). Foram identificadas áreas para serem instaladas atividades econômicas que pudessem potencializar o desenvolvimento utilizando os recursos naturais. Na verdade, essas ações políticas inviabilizaram as dinâmicas sociais, econômicas e culturais da população nativa, hoje rotulada de tradicional.

Segundo Corrêa (1987), as cidades, vilas e localidades organizavam-se segundo um padrão dendrítico formado ao longo dos rios. Esse padrão, porém, foi alterado com a construção de estradas, que impulsionou a ocupação do interior do continente. A partir dessa mudança, surgiram novos núcleos populacionais, tanto espontâneos quanto planejados, ao longo das novas vias, caracterizando um processo de urbanização descentralizada (Ventura Neto et al, 2014).

A política desenvolvimentista do século XX optou pela integração econômica da região e a assumiu como agrária, fornecedora de matéria-prima e de energia, sem reconhecer a existência dos assentamentos humanos tradicionais amazônicos e os modos de vida praticados há tempos e adaptados ao bioma. As intervenções federais realizadas nas décadas de 1960 e 1970 — como a construção de estradas, hidrelétricas, pólos de exploração mineral e assentamentos rurais — promoveram a integração da Amazônia ao mercado nacional, consolidando-a como uma região de fronteira para a acumulação de capital nacional e internacional. Essas ações introduziram uma racionalidade industrial em algumas áreas do território, sobrepondo-se à dinâmica mercantil que existia (Becker, 1999, 2004).

Uma nova racionalidade foi introduzida na Amazônia, que assumiu a completa alteração do meio natural e social existente. Uma nova forma de ocupação, locomoção, uso dos recursos naturais e sobrevivência foi criada. O modo de vida local e a relação com o rio e com a natureza foram compreendidos como inapropriados contra o modelo de cidade moderna disseminado na época. A idealização de uma cidade moderna com costumes civilizados foi difundida por todo o Brasil, consagrada com a construção de Brasília (Monte-Mór, 2007). A ideia do momento era de que as cidades amazônicas deveriam ser transformadas para se adequarem à nova realidade de desenvolvimento da região

Porém, no espaço amazônico a diversidade de povos e etnias que vivem de formas distintas, impõe um desafio mais complexo para a construção de ações políticas que não os unifiquem. As espacialidades das diferentes cosmovisões não podem ser reduzidas às formas ocidentais e metropolitanas de produção do espaço. A produção social do espaço amazônico a partir de aglomerações habitadas por povos tradicionais, geradores de sociabilidade e, revela uma rede de assentamentos com características urbanas, e revela a interdependência entre as comunidades localizadas nas florestas e os centros urbanos próximos, caracterizados por sistemas complexos do cotidiano (rio – mata – roça – quintal) (Ribeiro Vicente e Cardoso, 2020; Oliveira e Cardoso, 2021). Tais pesquisas apresentam evidências de uma

matriz espacial tradicional amazônica própria e ajudam a desvendar a rede urbana em meio à floresta.

A pesquisa de Cardoso (2021) relatada na “Trama dos Povos da Floresta” revela a espacialidade da interdependência entre a floresta e as populações que vivem nas localidades, que são classificadas como aglomerados rurais isolados (aldeias, vilas, agrovilas, quilombos etc) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Cada localidade necessita de uma área de manejo com raio aproximado de 5 km, as comunidades e suas respectivas áreas de manejo formam corredores ao longo dos rios – esses corredores estão mais claros nas áreas de floresta mais preservada, que foram menos afetadas pelos grandes projetos federais. Os corredores demonstram o quanto estes aglomerados não são isolados e revelam uma “trama de povos que vivem da floresta”, que não é apreendida por documentos oficiais como o Estudo de Regiões de Influência de Cidades (REGIC) (IBGE, 2020). Os estudos sobre urbano restringem-se às cidades, e à densidade de fluxos detectados entre elas; na Amazônia os fluxos entre cidades e outras tipologias de aglomeração, ou localidades (que abrangem vilas, comunidades, aldeias, etc.) são um campo cego, face à aplicação da lógica adotada como referência para o país (Cardoso, 2021). As microrredes de localidades amazônicas são indetectáveis pelas análises dos institutos de pesquisa nacional, indicando a necessidade de outras métricas para apreender melhor o processo de urbanização extensiva, o urbano que já extrapolou as cidades no contexto amazônico, e seus impactos sobre a urbanização nativa.

Proposta Metodológica para Análise Morfológica em Contexto Amazônico

Desde a sua origem, o estudo da Morfologia Urbana esteve centrado na compreensão de aglomerações com o status de cidades, em especial aquelas localizadas em contexto considerados como padrão universal (euro-americanas). Assim, as estratégias de análises e os elementos básicos foram definidos a partir da cidade formal, que além disso, contavam com rica base de dados e documentos para compreensão da forma urbana. Apesar da aplicabilidade da metodologia das escolas de morfologia

clássica em contextos periféricos, vários aspectos não eram considerados, por não se enquadrarem ao que seria próprio da circunstância formal. A impossibilidade de total adequação das análises das escolas de morfologia clássica motivou que os morfólogos buscassem maneiras de refinar e melhorar a compreensão de realidades espaciais periféricas localizadas no Sul Global.

É preciso lembrar que as Escolas da Morfologia Urbana desenvolveram teses que apresentam dois escopos comuns, (1) analisar e compreender uma cidade através da sua forma física e do seu meio e (2) existência de três elementos básicos da investigação morfológica, a edificação, o lote e a rua (Mundon, 1997, Bertyák, 2021). Existe um consenso que os elementos estão relacionados entre si em uma hierarquia. A hierarquia de composição da forma física construída, que concilia as versões de análise de Conzen, Caniggia e Maffei, demonstra várias maneiras de ambiguidade (Kropf, 2014). A partir da categorização dos elementos, baseia-se na necessidade de distinguir um tipo de elemento de outro. Três categorias foram desenvolvidas, são elas (1) Forma Construída representa a realidade substancial que é feita pelo homem (objetos, edificações, infraestrutura), (2) Matriz de limites que é definido pela combinação de parcelas e caminhos lineares de vias públicas e (3) Paisagem é o terreno da paisagem natural sobre o qual repousa a forma construída. Essas categorias elaboradas a partir dos elementos fundamentais, coexistem no espaço e podem ter copresença (Scheer, 2015).

Whitehand, Pinho e Oliveira (2009) apresentaram pontos em comum entre a escola italiana e inglesa, sendo eles (1) ambas preocupadas com os fenômenos históricos das cidades; (2) ambas conceituam esses fenômenos; (3) ambas desenvolvem análise focada na periodicidade e adaptação de formas físicas e (4) ambas privilegiam as formas predominantes na paisagem, como os edifícios comuns. Scheer (2015) explica que as escolas da Morfologia Urbana compartilham de métodos de aquisição de conhecimento, análise e validação, sendo eles (1) coleta de dados formais sobre a área de estudo; (2) reconhecimento de padrões comuns; (3) desenvolver e testar teorias de

mudança; (4) vincular os resultados de análise física a condições não diretamente relacionadas à forma urbana.

Kropf (2009) explicou que a maneira pela qual a Morfologia Urbana se distingue dos outros tipos de análises urbanas é o ponto de aquisição de dados urbanos formais. São utilizados vários dados formais, como mapas históricos e atuais, levantamentos e registros documentais oficiais (Scheer, 2015). Para as análises morfológicas em contextos periféricos ou não formais, a coleta de dados é mais restrita, devido a ausência de informações especializadas oficiais. Assim se faz necessário a coleta de dados socioespaciais em campo (empíricos) de pesquisa. Esse tipo de coleta de dados foi utilizado para análise morfológica das comunidades tradicionais na região do Baixo Tocantins (Pará), a partir de forma de apropriação espacial e atenção à identidade local.

Se a Morfologia Urbana como disciplina especializada deve incluir o significado nos aspectos da forma urbana em que se concentra, coloca-se as questões: o significado simbólico desempenha algum papel na formação da forma construída das cidades? A Morfologia Urbana deve incluir o significado dos aspectos da forma urbana sobre os quais se concentra? Nesse aspecto, o ambiente construído é um enorme conjunto de índices da atividade humana que o criou, e entender tais índices seriam uma das tarefas da Morfologia Urbana. Advoga-se que a definição de Morfologia Urbana precisa ser ampla para possibilitar uma troca construtiva de ideias e integração de pontos de vista (Kropf e Malfroy, 2013).

A Morfologia Urbana pode manter seus modos de abordagem analítica abstrata e ainda incorporar análise do significado, podendo analisar os processos de formação (escolas clássicas) e transformação. A percepção, a intenção e a interpretação são elementos fundamentais no processos socioculturais que levam a transformação do ambiente construído, isto porque a forma física dos assentamentos humanos estão profundamente enraizados na cultura (Kropf e Malfroy, 2013).

A principal forma de conhecimento em Morfologia Urbana é o reconhecimento de padrões, em momentos diferentes e em

lugares diferentes. Os dados coletados para análise morfológica são sempre organizados em conjuntos de elementos semelhantes (por exemplo, rua, quadra, lote) e estes conjuntos constituem em si padrões. A complexidade, a diversidade, o volume e as interrelações da maioria dos dados de forma urbana levam a padrões abstratos que podem ser difíceis de capturar num algoritmo, pelo menos atualmente. Diferentes tipos de padrões podem ser identificados, mesmo utilizando os mesmos dados do mesmo local. Existe uma infinidade de padrões e cada um só pode ser importante num determinado local ou um determinado tipo de análise (Scheer, 2015).

O campo da Morfologia Urbana torna-se mais complexo quando relaciona padrões a condições não formais de análise. Uma validação da Morfologia Urbana é a correlação de observações sobre a forma física, seus padrões e processos, com condições e eventos não formais. Os padrões e as transformações observados na forma física apresentam causas diversas e complexas. As transformações observadas podem estar relacionadas a fatos históricos, usos da terra, aumento populacional, mudanças econômicas e ações políticas numa determinada área de estudo. Além das transformações físicas nos assentamentos provocadas pelos comportamentos e hábitos humanos culturalmente condicionados. Essas correlações permitem compreender porque os componentes ou elementos físicos são alterados em um determinado local. O próprio assentamento humano torna-se mais um dado a ser lido e interpretado como forma de compreender a história ou de observar e relacionar o que não é observável por outros meios (Scheer, 2015).

Karl Kropf (2009) utiliza a própria forma construída para as investigações morfológicas, incluindo o uso da terra, atividades e fluxos. Esse tipo de análise apresenta tendência de compreensão de formas urbanas que não são estritamente formais, incorporando novos elementos, relações, agentes e significados. Bertyák (2021) defende que os estudos morfológicos devem ser inter e multidisciplinares, combinando diversas áreas como ecologia, sociologia ou sustentabilidade com estudos urbanos proporcionando novas direções de investigação.

Para elaboração de metodologia para a análise morfológica em assentamentos humanos nas comunidades tradicionais, localizadas na região do Baixo Tocantins foram necessárias criatividade e sensibilidade, sob uma perspectiva multidisciplinar unindo conceitos da Antropologia, Geografia e Sociologia para criar um sistema de hierarquização composicional que permitisse a compreensão espacial. A metodologia centrou-se na forma de apropriação do habitante para revelar a identidade local. Devido a ausência de informações especializadas oficiais foi necessário coletar dados socioespaciais in loco, por meio de entrevistas com os habitantes, observação, registros fotográficos e croquis.

A autoconstrução do espaço pelos habitantes das comunidades tradicionais amazônicas, compreendida como capacidade de reproduzir e construir de forma automática, de acordo com sua cultura, é denominada pela Morfologia Urbana como consciência espontânea. As comunidades apresentam um saber cultural constituído ao longo de gerações de observação e respeito aos ciclos e tempos da natureza, saber oriundo de outras cosmovisões que não a capitalista, por tais grupos serem altamente dependentes da floresta e do rio (Castro, 1998; Canto, 2007). A compreensão da espacialidade de comunidades tradicionais amazônicas deve assumir a compreensão por meio da forma de apropriação de seus habitantes e suas práticas no cotidiano.

Dada a particularidade das comunidades tradicionais amazônicas, que apresentam assentamentos humanos distintos dos analisados pela morfologia urbana que toma cidades como referência (clássica), é necessário propor uma nova forma de compreensão desses espaços. No presente trabalho, abordam-se as características específicas dos assentamentos dessas comunidades. A tabela 1, a seguir, expõe as razões pelas quais há diferenças significativas entre as duas abordagens morfológicas, considerando que, na morfologia urbana, existem dados oficiais especializados, tanto antigos quanto recentes, que permitem análises detalhadas e uma compreensão histórica profunda dos assentamentos. Nos assentamentos em áreas periféricas, especificamente nas comunidades tradicionais

amazônicas, observa-se ausência de dados oficiais especializados. Além disso, os dados disponíveis às vezes não refletem a realidade encontrada durante as pesquisas de campo. Outro ponto é a natureza dos elementos morfológicos. Na morfologia urbana os elementos são estáticos, abstratos e físicos,

definidos pelos elementos básicos (ruas, lotes e quadras). Na análise morfológica em assentamentos das comunidades tradicionais amazônicas, além dos elementos serem físicos e abstratos, existem os fluídos, como a apropriação da terra sem a presença de marcos físicos visíveis.

Tabela 1. Comparação entre duas formas de análise morfológica (fonte: elaborada pelas autoras)

	Morfologia Urbana (escolas)	Morfologia para assentamentos em áreas periféricas - comunidades tradicionais amazônicas
Dados	Dados oficiais e especializados antigos e recentes	Ausência de dados oficiais e especializados, às vezes os existentes não coincidem com a realidade. Uso de dados coletados em campo - entrevistas com os moradores
Elementos de análise	Elementos morfológicos estáticos, físicos e abstratos (rua, quadra, lote)	Elementos morfológicos estáticos, físicos, fluídos e abstratos. Com por exemplo a relação de apropriação da terra sem limite físicos e outros)
Tipo de análise	Análise morfológica hierarquizada e composicional (três escalas)	Análise morfológica composicional e correlacional
Tipo de elemento de análise	Elementos morfológicos interpretados entre públicos e privados (protagonismo dos elementos privados devido o contexto capitalista)	Existe a predominância do espaço comunal

A análise morfológica urbana é caracterizada por uma hierarquia e composição de elementos definidos em três esferas principais. Para os assentamentos das comunidades amazônicas a análise composicional e correlacional revela como as relações podem se interligar com elementos em diferentes níveis. Outro aspecto é a interpretação dos espaços. Na morfologia urbana clássica, os elementos são analisados com base na dicotomia entre público e privado, com um protagonismo dos espaços privados, refletindo a lógica capitalista nas cidades. Por outro lado, nos assentamentos das comunidades tradicionais amazônicas existe a predominância dos espaços comunais.

As comunidades tradicionais amazônicas apresentam uso do espaço coletivo definido pela demarcação legal do território por órgãos federais e estaduais de regulamentação fundiária. Não há separações análogas às delimitações urbanas, de parcelas de apropriação privada, a exemplo de lotes, muros, cercas, grades e outros; isso já difere

essa forma espacial das consagradas como universais. Kropf (2018) explica que os elementos morfológicos não devem ser apenas entidades físicas, podem ser abstratas e suas relações também. Para esclarecer isso, Kropf (2018) usa o elemento morfológico lote, como uma entidade física, que reforça uma relação primitiva de controle (uma área de terreno e as coisas nele existentes estão sob controle de acesso e das atividades determinadas por uma pessoa ou grupo). A natureza abstrata dos limites da propriedade privada pode ser a ilustração mais evidente de que uma fronteira física constitui um limite de acesso ou controle de um espaço. A relação comportamental natural de controle sobre uma determinada área, mesmo sem limites físico definidos foi observada por Oliveira e Cardoso (2021), que revelaram que há individualização em áreas de cultivo e extrativismo em comunidades tradicionais para garantir o sustento alimentar familiar, facilitar o acesso a crédito rural e incentivo à produção.

A metodologia proposta defende uma análise composicional e correlacional usando elementos físicos e abstratos da forma dos assentamentos humanos, que busca compreendê-los a partir da apropriação do habitante, entendendo as atividades do cotidiano. A hierarquização composicional pode ser descrita em três níveis, conforme a Figura 1. O primeiro nível tem como elemento básico as edificações e as atividades, buscando entender quais são os tipos de edificação que se encontram nas comunidades e quais são as atividades que acontecem no

cotidiano da população. A partir da identificação das atividades e das edificações foi possível caracterizar os espaços que existem e formam o território da comunidade. Os espaços (centro de comunidade, trabalho e residência) compõem o segundo nível de análise. E o terceiro nível de análise é a microrrede. Esta última revela as conexões entre as comunidades e centros urbanos próximos, a hierarquia desses assentamentos humanos e o sistema de mobilidade (rios e trilhas).



Figura 1. Hierarquia composicional da análise morfológica de comunidades tradicionais amazônicas (fonte: elaborado pelas autoras)

A partir dos dados coletados nos questionários socioespaciais foi possível entender a relação dos habitantes com o espaço, ou seja, compreender a forma de apropriação espacial foi fundamental para a pesquisa. Compreender as atividades e usos que acontecem no cotidiano dos habitantes em que local elas estão posicionadas. As edificações e as atividades caracterizam os espaços que compõem o território da comunidade, eles são (1) centro de comunidade (igreja, escola, posto de saúde, barracão, campo de futebol e outros) apresenta usos de maior atração de pessoas, e se constitui no espaço de maior

sociabilidade das comunidades; (2) trabalho (roça, extrativismo, coleta, pesca e outros) e (3) de residências (atividades domésticas). O espaço de centro de comunidade contém conjunto de edificações e atividades que permitem estabelecer uma hierarquia entre as comunidades e a estrutura da microrrede. A microrrede se estabelece a partir de conexões por quatro motivos: atividades recreativas e religiosas (torneios de futebol, missas, festividades religiosas e outros), comércio (venda e compra de produtos), educação e atendimento médico.

Abaetetuba e o contexto da região do Baixo Tocantins

O município de Abaetetuba está localizado na antiga região de integração do Baixo Tocantins no Estado do Pará, que contém onze municípios, apenas Oeiras do Pará, Tailândia e Limoeiro do Ajuru não apresentam afluentes do rio Tocantins. O município de Barcarena faz parte da região metropolitana devido à proximidade e mobilidade diária das pessoas e

está localizado ao lado do município de Abaetetuba. Abaetetuba é um município composto por 72 ilhas e uma porção continental, conforme a Figura 2. Todas as ilhas são ocupadas por projetos de assentamentos agroextrativista demarcados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), além de dois territórios quilombolas. As ilhas do Capim (1), Xingu (2) e Caripetuba (4) são as estudadas para compreensão da microrrede em questão.

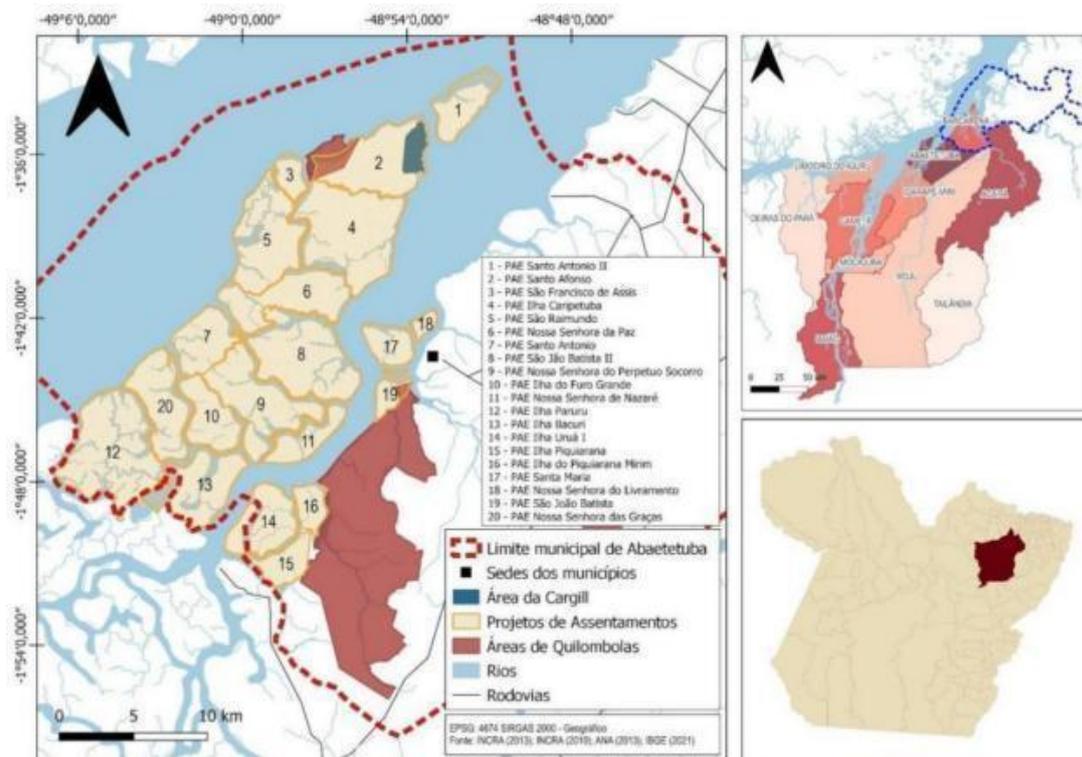


Figura 2. Localização do município de Abaetetuba e as áreas demarcadas (fonte: elaborado pelas autoras)

As comunidades estudadas neste artigo estão localizadas na área do projeto de assentamento agroextrativista Santo Antônio II (localizada no polígono 1 da Figura 2), na ilha do Capim, onde está a comunidade Santo Antônio, no projeto assentamento agroextrativista Santo Afonso (polígono 2); na ilha do Xingu estão as comunidades Santo Afonso, São José, Vilar, Areia, Nossa Senhora de Nazaré, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; na área do projeto de assentamento agroextrativista Caripetuba (polígono 4), conhecido como ilha Caripetuba, está localizada a comunidade Nossa Senhora de Fátima. Aproximadamente 7.500 famílias moram nos projetos de assentamentos agroextrativistas e vivem sob o modo de vida ribeirinho, marcado pela dependência da acessibilidade fluvial, da

pesca, do extrativismo e da agricultura (Cardoso, Carvalho, 2007; Felizardo, 2018).

A população da região insular do município se reproduz socialmente. Na década de 1970 empresas foram instaladas no município de Barcarena/Pa para extrair e transformar minério da bauxita em alumina. Para viabilizar o processo de transformação do minério foi planejada, na década de 1980, a construção de uma usina hidrelétrica, no município de Tucuruí, para fornecer energia à planta industrial de produção de alumina. A exploração do minério e a instalação da UHE trouxeram vários impactos sociais e ambientais para a região e causaram impactos no modo de vida das comunidades tradicionais, mais especificamente os ribeirinhos que tiveram alterações na

qualidade da água, quantidade de peixes e outros problemas relatados (Cardoso e Carvalho, 2007).

Além disso, em 1985 foi estabelecido o complexo portuário industrial chamado Vila do Conde, em distrito do município de Barcarena. Atualmente o agronegócio está transformando a região, a partir da criação de um centro hidroviário de distribuição de commodities (grãos, carne e aço) para exportação. O Projeto Arco Norte é um plano estratégico que compreende portos e estações de transbordo para transporte de commodities, produzidos na região Centro-Oeste para exportação. Como parte desse projeto está prevista a construção e instalação de um Terminal Portuário de Uso Privado (TUP), considerado um estacionamento de balsas cargueiras que ficarão estacionadas para esperar o momento para serem descarregadas no complexo de Vila do Conde (Mesquita e Alves, 2020).

O local escolhido para a instalação do TUP está localizado na ilha Xingu, área do projeto de assentamento agroextrativista Santo Afonso (área marcada em verde na Figura 2). As balsas ficariam estacionadas ao longo do furo da ilha do Capim, onde encontra-se um pedral que seria destruído pelo projeto. Os pedrais são considerados como berçários de peixes e sua destruição impactará na atividade pesqueira, na economia das comunidades ribeirinhas que dependem do extrativismo animal para subsistência. Além disso, o TUP irá causar assoreamento e destruição das margens dos rios devido ao movimento das balsas, assim como outros problemas ambientais e sociais. Este terminal irá afetar 72 ilhas de Abaetetuba e 24 Projetos Agroextrativistas (PAEs), totalizando 70 mil pessoas, que serão impactadas pelo porto, porque irá contaminar os recursos hídricos e assim a reprodução dos peixes da região (Ferreira e Neto, 2023).

Análise Morfológica - A estrutura da microrrede de comunidades

A compreensão da microrrede dos assentamentos de comunidades em Abaetetuba foi obtida através de 20 entrevistas realizadas com moradores das ilhas Capim, Xingu e Caripetuba, em três pesquisas de campo (dezembro de 2022, outubro de 2023 e

março de 2024). Essas entrevistas e observações permitiram captar a percepção dos moradores sobre o uso e estrutura do território, que se organiza a partir de três tipos de espaços principais: o centro comunitário, o espaço de trabalho e as áreas residenciais. As comunidades utilizam o território de forma comunal; logo, foi necessário compreender as espacialidades por meio das edificações, usos e atividades presentes no cotidiano das comunidades ribeirinhas. A Figura 3 informa a localização das comunidades estudadas.

As edificações e atividades foram mapeadas e classificadas para revelar como esses espaços estruturam a vida comunitária e como se interconectam. O centro comunitário, ou sede, é o núcleo social e religioso, com igrejas, associações, campos de futebol, escolas e comércio informal, onde ocorrem missas, encontros e eventos comunitários semanais, atraindo grande parte dos moradores. Os espaços residenciais, distribuídos ao longo das margens dos rios, consistem de casas onde também acontecem atividades domésticas e de subsistência, como cultivo de frutas e criação de animais. Já os espaços de trabalho são voltados à agricultura, extrativismo e pesca.

Foram identificados os tipos e usos das edificações encontradas nas comunidades para compreender como elas compõem o território. As comunidades apresentam igrejas, barracões, residências, escolas, bares, pontos de comércio, áreas abertas que funcionam como praças, campos de futebol com usos diversos, postos de saúde ou unidades de saúde. A maioria dessas edificações está às margens dos rios e os pontos comerciais (bares, “mercadinhos” e outros) são, na maioria das vezes, residências adaptadas para atividades comerciais.

O conjunto de edificações, usos e atividades caracterizam os três tipos de espaços que compõem o território das comunidades. O primeiro espaço é da sede ou centro da comunidade com uma diversidade de usos e edificações, incluindo igreja, barracão da igreja, associação de moradores, campos de futebol e arena; o espaço de trabalho, ligado às atividades agrícolas, extrativismo animal e vegetal; e o espaço de residências, caracterizado pela edificação com atividades domésticas (a casa) e espaço de criação de

pequenos animais e cultivo de árvores frutíferas ao redor da casa.

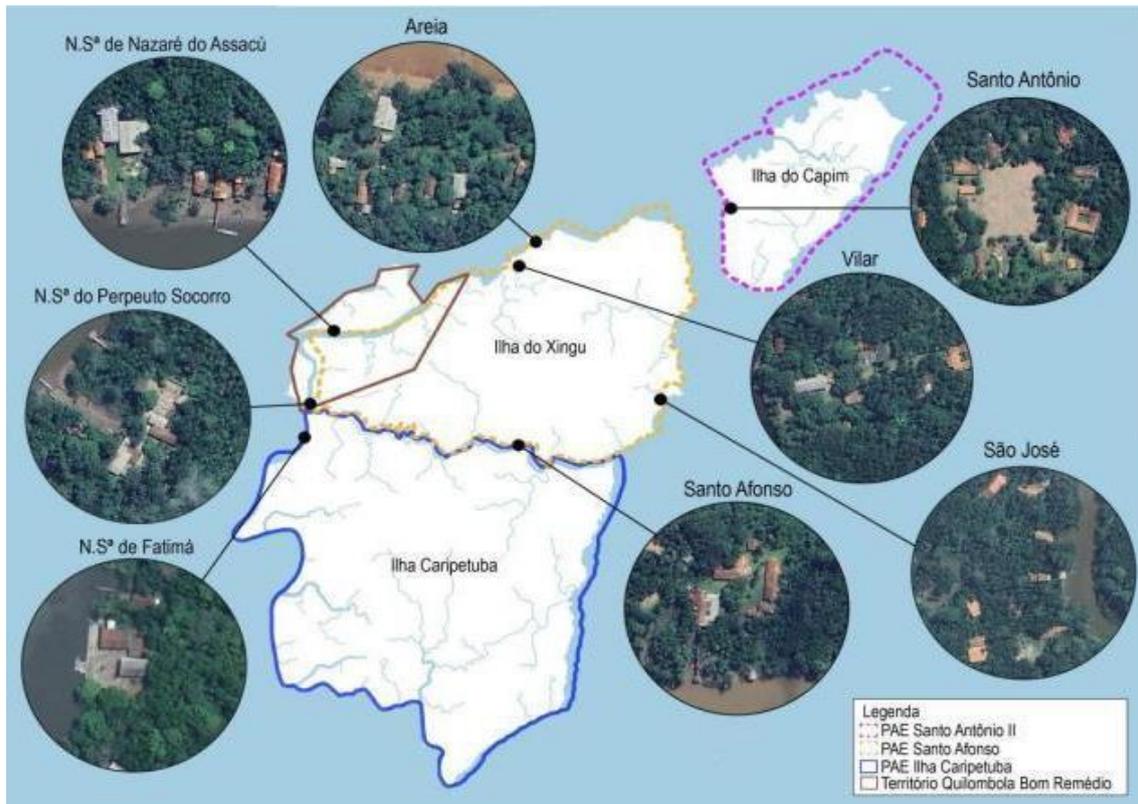


Figura 3. Localização das comunidades estudadas (fonte: elaborado pelas autoras)

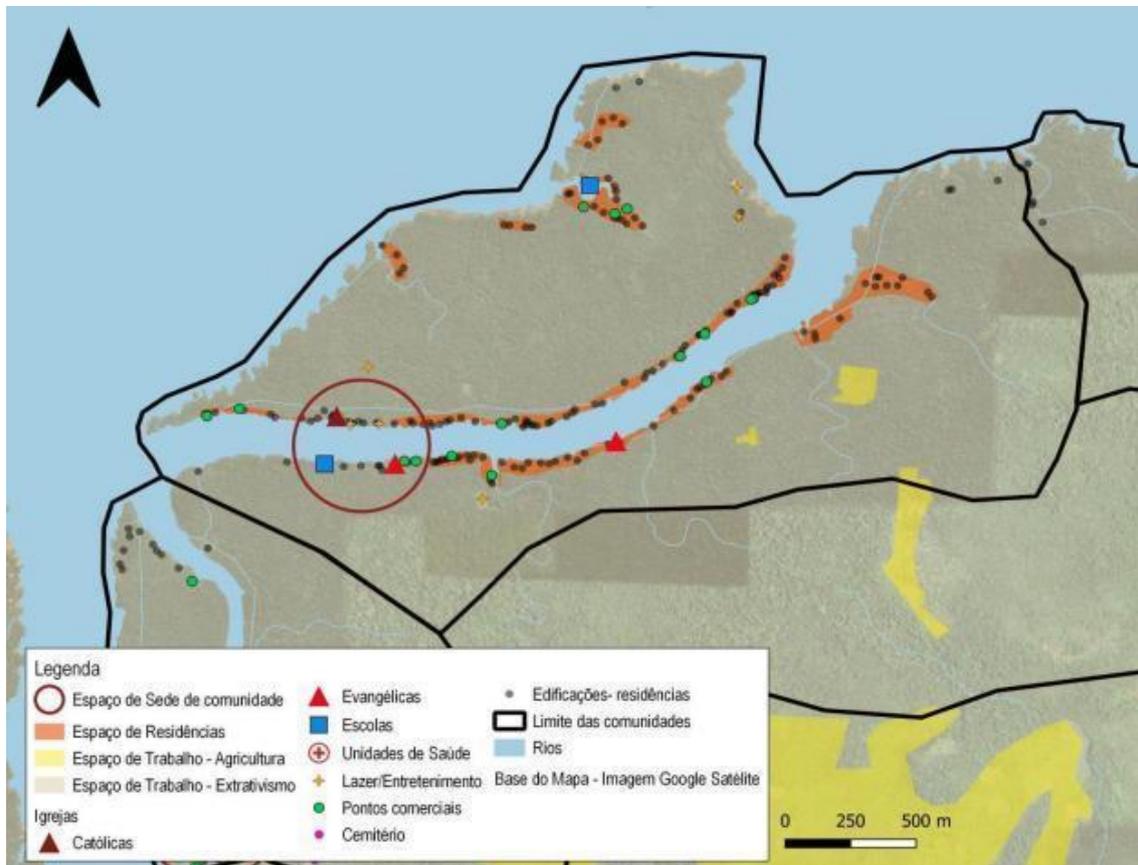


Figura 4. Edificações e espaços que compõem o território da comunidade Nossa Senhora do Bom Remédio do Rio Assacú (fonte: elaborado pelas autoras)

Na sede ou centro de comunidade existe a igreja, que desempenha diversas atividades como pastorais e festividades. Toda semana, há algum tipo de atividade que leva as pessoas a esse lugar para missas, orações, etc. As escolas também são importantes, pois as crianças se deslocam diariamente para elas. Esse lugar é uma centralidade não apenas pela diversidade de edificações, mas também pela movimentação das pessoas e pela polarização das atividades. Os espaços residenciais são os que concentram as casas e as atividades domésticas. Os últimos tipos de espaços são os de trabalho, áreas direcionadas à agricultura, onde existem as roças, além das áreas de extrativismo animal e vegetal. Na Figura 4, nota-se o território da comunidade Nossa do Bom Remédio do Rio Assacú, as

edificações (pontos pretos) e os padrões espaciais típicos que as acompanham.

A partir dos usos, atividades e edificações presentes em cada comunidade e o resultado das entrevistas feitas foi possível entender como a microrrede é estruturada, ou seja, quais os motivos de conexão em quatro níveis: educação, saúde, comércio e atividades de lazer e entretenimento. Quando os moradores de alguma comunidade não encontram o serviço procurado na sua comunidade, buscam nas proximidades ou na sede do município, a depender da distância e dificuldade de mobilidade. A Figura 5 apresenta todas as edificações localizadas nos territórios das comunidades estudadas, envolvidos na geração da microrrede.

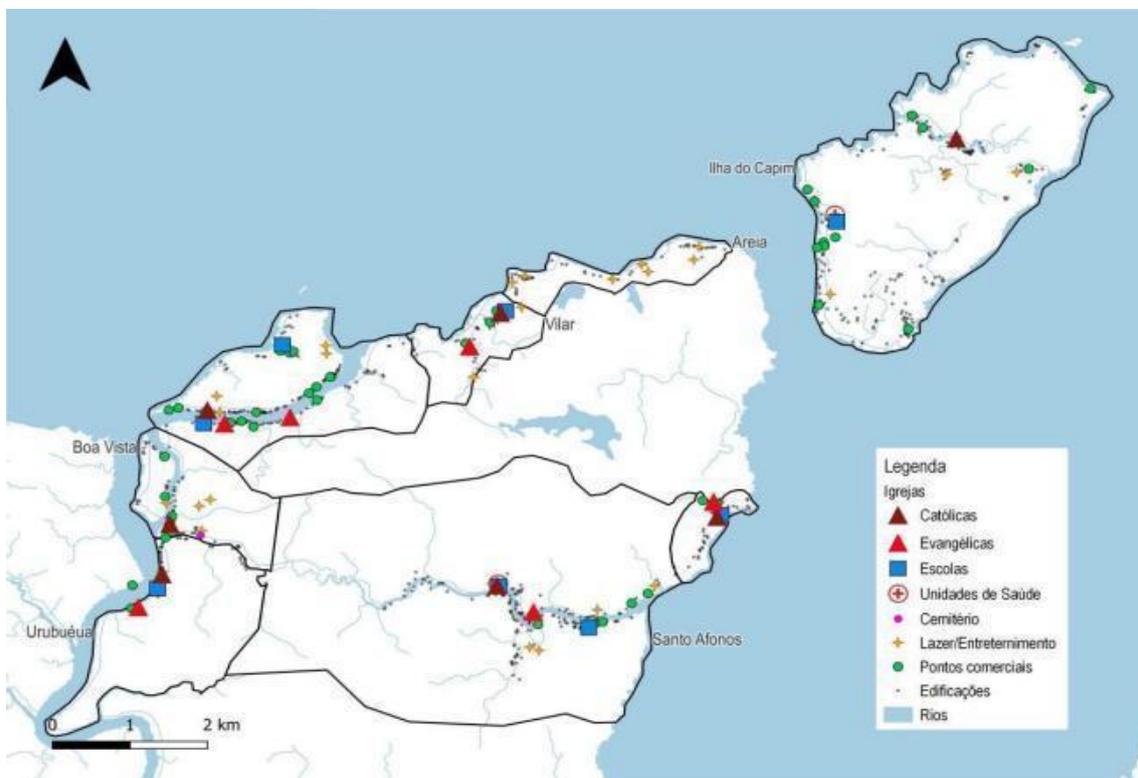


Figura 5. Edificações no território das comunidades estudadas (fonte: elaborado pelas autoras)

A disponibilidade de equipamentos de cada comunidade assim como as lacunas de serviços, infraestrutura e usos, esclarecem a formação de uma rede interligada de comunidades que se conectam por diversos motivos. Essas conexões podem ocorrer por quatro motivos: comércio, atendimento médico, educação e atividades recreativas e religiosas. A partir disso, é possível compreender quais localidades buscam quais outras e em que momento elas recorrem à sede do município. A Figura 6 apresenta a estrutura

de conexões formadas (microrrede) entre as comunidades e a sede do município.

As escolas nas comunidades oferecem educação até o ensino fundamental II, com exceção de Santo Antônio, na Ilha do Capim, que é a única com ensino médio. Essa escola centraliza o fluxo de estudantes de outras comunidades e também leva alguns a se deslocarem até Abaetetuba para cursar o ensino médio ou superior, ressaltando a importância dessa microrrede de ensino.

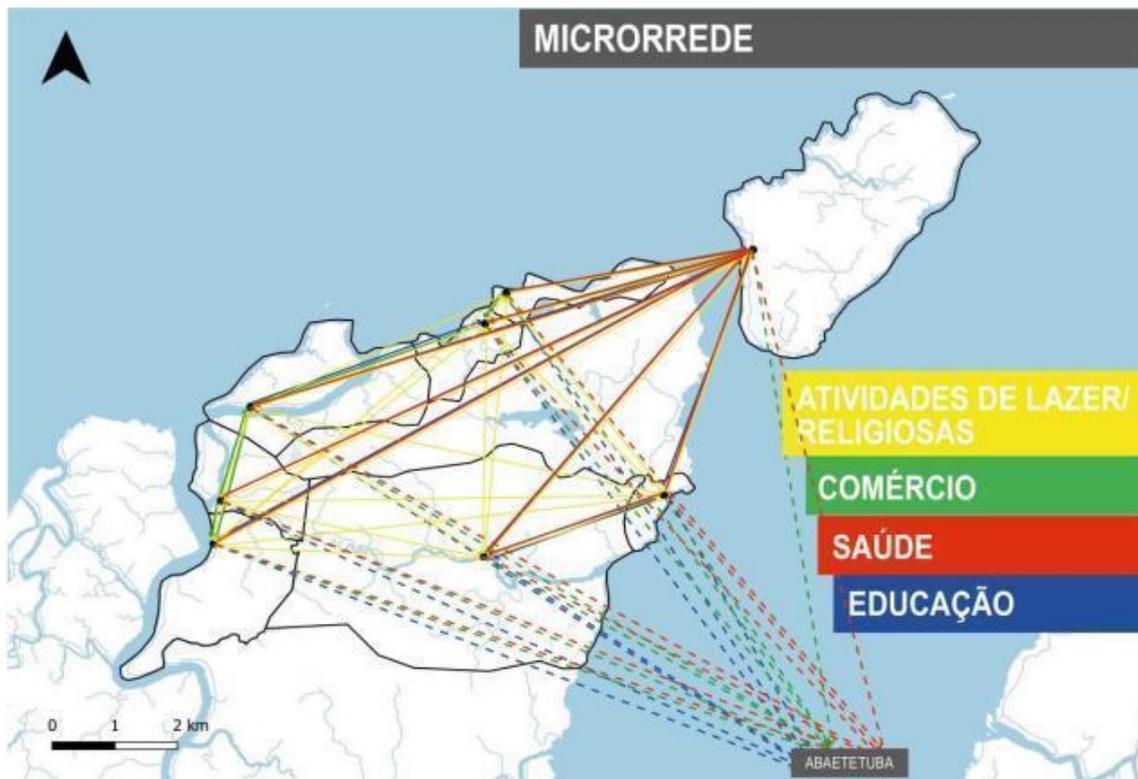


Figura 6. Estrutura de conexões por motivos (microrrede) entre as comunidades e a sede do município (fonte: elaborado pelas autoras)

No atendimento à saúde, a comunidade de Santo Afonso, na Ilha Xingu, possui um posto de saúde com uma equipe de enfermagem e consultas periódicas de um clínico geral. Na Ilha do Capim, a Unidade Básica de Saúde de Santo Antônio é o único local com atendimento de urgência e emergência, servindo como centro médico regional. Para atendimentos mais complexos, os moradores são encaminhados à sede do município, evidenciando uma rede de interdependência.

O comércio local é dinâmico, com pequenos comércios, bares e mercearias atendendo à demanda das comunidades. Os excedentes da produção agrícola e extrativista, como mandioca e açaí, são destinados às feiras de Abaetetuba, com a ajuda de atravessadores, que transportam esses produtos para as cidades próximas. O abastecimento das comunidades com itens mais específicos também ocorre na sede do município, fortalecendo a troca entre as áreas rurais e urbanas.

O lazer, sobretudo por meio de atividades religiosas e esportivas, é central para a coesão social das comunidades. Templos religiosos, tanto católicos quanto evangélicos, têm um papel crucial, oferecendo espaço para atividades pastorais, festividades e eventos

semanais, que movimentam a comunidade. Já os campos e arenas de futebol são locais de lazer, onde ocorrem torneios e encontros, promovendo a interação entre moradores.

A microrrede entre as comunidades ribeirinhas e a sede municipal é caracterizada por uma relação de interdependência. As comunidades são fornecedoras de produtos naturais e alimentícios, enquanto os centros urbanos suprem a demanda por serviços especializados. Essas dinâmicas revelam uma rede de apoio e troca que sustenta o modo de vida ribeirinho e promove uma circulação comunitária que não depende inteiramente dos centros urbanos. Esse entendimento contribuiu para o planejamento e a implementação de políticas públicas, visando atender de forma mais eficaz às demandas das comunidades ribeirinhas.

Conclusão

O estudo da morfologia urbana, tradicionalmente centrado na análise de cidades com contextos considerados padrões universais, têm revelado limitações significativas quando aplicado a assentamentos periféricos e informais, como aqueles encontrados no Sul Global. A aplicação das metodologias das escolas de

morfologia urbana, geralmente baseadas em dados oficiais e uma visão formal da cidade, não são complementamente adequadas para capturar a complexidade e a singularidade dos assentamentos das comunidades tradicionais amazônicas.

A urbanização na Amazônia, comumente vista como um processo pós-colonial, tem raízes profundas em redes pré-coloniais de assentamentos humanos organizados em complexas estruturas políticas e culturais. A chegada dos portugueses interrompeu essas redes, promovendo aculturação e mudanças profundas no modo de vida tradicional. Com o regime militar, a Amazônia foi integrada ao mercado nacional através de projetos de infraestrutura, o que redefiniu a organização territorial e favoreceu o capital externo. Hoje, estudos revelam a interdependência entre as comunidades tradicionais e os centros urbanos, formando corredores de interação invisíveis nas análises urbanas convencionais.

Neste contexto, a proposta de uma nova metodologia, adaptada para analisar as comunidades tradicionais do Baixo Tocantins, surge como uma contribuição fundamental. Ao integrar conceitos da Antropologia, Geografia e Sociologia, esta abordagem multidisciplinar permitiu uma compreensão da espacialidade e das práticas cotidianas desses assentamentos. A metodologia desenvolvida considera tanto elementos estáticos e físicos, quanto fluídos e abstratos, para permitir uma análise ajustada à realidade local, destacando a importância da apropriação do espaço pelos habitantes e das práticas culturais específicas.

Os dados coletados em campo, por meio de entrevistas, observação e registros diversos, demonstram que a forma como os habitantes constroem e utilizam o espaço é influenciada por suas práticas culturais e necessidades sociais. A análise da microrrede revelou que, apesar das limitações de equipamentos e serviços nas comunidades ribeirinhas, existe uma interdependência dinâmica entre estas e os centros urbanos próximos. Esta interdependência se manifesta em quatro principais níveis de conexão: educação, saúde, comércio e atividades recreativas.

As comunidades ribeirinhas se destacam pela capacidade de organizar e adaptar suas práticas culturais e espaciais às condições

locais, constituindo uma espacialidade própria. A estrutura da microrrede nas comunidades estudadas ilustra como as relações e interações locais contribuem para a coesão e a funcionalidade das comunidades, evidenciando a necessidade de abordagens analíticas mais inclusivas e sensíveis ao contexto local. O intuito é que estes dados auxiliem na compreensão da urbanização em meio a floresta, no planejamento urbano e regional adequado à realidade e na tomada de decisões políticas nas comunidades.

Os extensos estudos morfológicos urbanos seminais, se desdobraram ao longo do tempo, mas a análise da estrutura física, forma e estrutura, as diferentes camadas históricas e tipologias que neles aparecem, e o exame das mudanças históricas tornaram-se gerais. Hoje, um número crescente de campos de especialização revela uma gama mais ampla de aplicações das análises morfológicas e permite o resgate das diferenciações.

A adaptação das metodologias de análise morfológica para contextos periféricos não apenas amplia a compreensão de formas urbanas não convencionais, como também oferece insights valiosos para o planejamento e a gestão de assentamentos em áreas com realidades espaciais e sociais diversas, concorrentes e sobrepostas. Nesta perspectiva, o desenvolvimento de metodologias que reconheçam e integrem a complexidade dos assentamentos tradicionais ao campo já estabelecido, é crucial para promover a equidade e a eficácia das intervenções urbanas e regionais.

Notas

¹ A Modernidade instaurou uma suposta universalidade nos modos de pensar, agir, produzir, viver que tomam como referência povos e países centrais do mundo. O sistema capitalista é dominado pela visão de mundo ocidental moderno desenvolvimentista. A colonialidade territorial é um processo global de homogeneização e perda de identidade local estão ligados a configuração de espaços da vida humana, palpáveis na reprodução de modelos arquitetônicos e urbanos. As cidades atuais revelam a tendência de um processo de reprodução de tipologias que pouco tem referência com a cultural ou o território local, fenômeno este reconhecido por uma estética

de validade internacional, super moderna que esvazia a identidade local (Farrés Delgado, 2013, 2019)

² Um fenômeno que se estende por todo o tecido urbano, impulsionado pelas condições da produção industrial capitalista, como mercado de trabalho, infraestrutura, energia, serviços sociais, comunicação, transporte e engloba virtualmente todo espaço social, fortalecendo a integração sócio-espacial entre urbano e rural (Monte-Mór, 1994)

³ O processo de urbanização na Amazônia gera uma diversidade espacial marcada pela coexistência e reinvenção das relações entre cidade e campo. Nesse cenário, a expansão urbana não substitui o rural, mas incorpora elementos naturais e culturais locais, criando formas híbridas. A urbanização amazônica reflete, assim, uma complexa interação entre urbano e rural, onde a natureza é vista tanto como recurso quanto como parte dos padrões culturais. Tal diversidade de produto é de relações múltiplas, mas também de particularidades que são definidas pela forma como se apresenta a sua natureza, vista não apenas como recurso, mas, igualmente, como parte de padrões culturais e de representações simbólicas (Trindade Jr., 2010, 2013).

⁴ Este raio de 5km foi definido a partir de dados coletados em vivências realizadas em 2016 por pesquisadoras do Grupo de Pesquisa Urbanização e Natureza na Amazônia, na localidade São Braz, localizada no Projeto de Assentamento Eixo Forte (Cardoso, 2021).

⁵ É um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para mapear as áreas de influência das cidades brasileiras, avaliando as redes urbanas e os fluxos entre cidades de diferentes tamanhos e importância econômica. Esses fluxos de bens, serviços, pessoas e informações para estabelecer regras e identificar as centralidades. O IBGE classifica as cidades em níveis hierárquicos de acordo com seu papel na organização do espaço, sendo análise importante para o planejamento territorial e entender como as cidades brasileiras interagem entre si e estruturam suas regiões de influência, assim auxiliando nas políticas públicas e estratégias de desenvolvimento nacional (IBGE, 2018)

Referências

Ambientare (2018). Relatório de Impacto Ambiental para o Terminal de Uso Privado (TUP) de Abaetetuba.

Araújo, J. A. (2021). “Aplicações de elementos da teoria das catástrofes ao estudo da (re)produção do espaço urbano: parte 2 - a representação morfológica”. *Revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo*. Volume 41. DOI:10.11606/eISSN.2236-2878.rdg.2021.184657. <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/184657/176274>.

Becker, B. K. (1999). Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. Território, ano IV, n. 6, jan./jun. 1999.

Becker, B. K. (2004). *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. (Rio de Janeiro: Garamond).

Bertyák, Ágnes. (2021). “Urban Morphology: The Classical, Modern Research Methodologies”. *Periodica Polytechnica Architecture*, [S. l.], v. 52, n. 2, p. 135–145, 2021. 10.3311/PPar.17988. <https://pp.bme.hu/ar/article/view/17988>.

Canto, O. do. (2007). *Várzea e varzeiros da Amazônia* (Belém: MPEG).

Cardoso, A. C.; Carvalho, G.(2007). Planos diretores no Tucupi: a experiência de elaboração de planos diretores na região do Baixo Tocantins, Estado do Pará. In. Planos diretores participativos e experiências amazônicas. (Belém: EDUFPA).

Cardoso, A; C; D. (2024) Morphological analysis as a tool for socio-environmental. International Seminar on Urban Form, Urban Morphology (2024) 28(2), 117–31

Castro, E. (1998). “Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais”. *Papers do NAEA*, Belém, n. 92, p. 1-16, 1998

Costa, S. de A. P; Netto, M. M. G. (2015). *Fundamentos de Morfologia Urbana*. (Belo Horizonte, Minas Gerais: C/Arte).

Conzen, M. R. G. (2022[1969]), traduzido do manuscrito original. Tradução de: Vítor Oliveira e Cláudia Monteiro. Alnwick, northumberland. análise do plano de cidade (Urban Forms, Porto).

- Corrêa, R. L. (1987). “A Periodização da Rede Urbana da Amazônia”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 49, n.3, p.39-68.
- Corrêa, C. G; *et al.* (1994). “O processo de ocupação humana na Amazônia: considerações e perspectivas”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 9, n. 1, p. 3-54.
- Farrés Delgado, Y. (2013). *Criticas decoloniales a la arquitectura, el urbanismo y la ordenación del territorio. Hacia una territorialización de los ambientes humanos en Cuba*. Tese. Universidade de Granada, Granada, 2013.
- Farres Delgado, Y. (2019). “Dialogar con Quijano: la colonialidad como categoría para comprender el ambiente construido en el sistema-mundo moderno/colonial”. *Revista de Sociología* 28 (2019):49-63. Ed. UNMSM, Lima – Perú.
<https://doi.org/10.15381/rsoc.v0i28.16895>.
- Feldman, S. (2019). O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfha) e a reconfiguração do campo profissional do urbanista. In *Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960* (p. 395). São Paulo: Annablume.
- Felizardo, A. O. (2018). *As lógicas agroextrativistas e os projetos de desenvolvimento agrícola nas Ilhas do Capim, Caripetuba e Xingu em Abaetetuba-Pará*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2018.
- Ferreira, T; Neto, G, G. (2023). *Comunidades protestam contra implantação do novo porto da Cargill em Abaetetuba (PA)*. Site da FASE, 2023.
<https://fase.org.br/pt/noticias/comunidades-protestam-contra-a-implantacao-do-porto-privado-da-cargill-durante-audiencia-em-abaetetuba/>
- Gonçalves, O, D; Rodrigues, J, C; Sobreiro Filho, J. (2019). “Marés das rebeldias em Abaetetuba”: dos rios da existência à resistência dos territórios na Amazônia paraense, Baixo Tocantins. *Revista Tamoios*, São Gonçalo (RJ), ano 15, n. 1, pág. 80-103, jan-jun 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Regiões de Influência das Cidades: 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020
- Kropf, K. (2009). “Aspects of urban form”. *Urban Morphology*. V. 13, 105–20.
- Kropf, K. (2014) “Ambiguity in the definition of urban form”. *Urban Morphology*. V. 18, p. 41–57
- Kropf, K. (2018). Plots, property and behaviour. International Seminar on Urban Form, 2018. *Urban Morphology*. V. 22, p. 5–14
- Kropf, K. and Malfroy, S. (2013). “What is urban morphology supposed to be about: specialization and growth of a discipline”. *Urban Morphology*. V. 17,128–31.
- Lopes, R. J. (2017). *1499: A pré-história do Brasil*. 1ed. Harper Collins. Rio de Janeiro.
- Mesquita, J, R,C. Alves, L, de F, N. (2020). “Territorialização do Agronegócio no Estuário Amazônico e Re- Existência Camponesa: Estudo de Caso na Ilha do Capim, Abaetetuba/Pa”. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 17, p. 01-18, jan./dez. 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1807-1384.
DOI:<https://doi.org/10.5007/1807-1384.2020.e70106>
- Moudon, A. V. (2015). “Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente”. In: *Revista de Morfologia Urbana*, v.3, n.1, p. 41-9, 2015.
- Moudon, A. V. (1997). “Urban Morphology as an emerging interdisciplinary field”. In: *Urban Morphology*, v.1, n.1, p. 3-11, 1997. <<http://www.urbanform.org/Pdf/moudon1997.pdf>>.
- Monte-mór, R. L. (1994). *A Urbanização Extensiva e Lógica de Povoamento*. SANTOS, Milton et. al. (orgs.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994 (pp. 169-181)
- Neves, E. G. (2022). *Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história da Amazônia Central*. (São Paulo: Ubu Editora).
- Neves, E. G. (2006). *Arqueologia na Amazônia*. (Rio de Janeiro: Jorge Zahar).
- Oliveira, V. (2016). “Urban Morphology: An Introduction to The Study of the Physical form

of Cities”. The Urban Book Series. Springer, 2016.

Oliveira, K; Cardoso, A. C. D. (2021). “A espacialidade do modo de vida - Análise morfológica de comunidades rurais e tradicionais na região do Baixo Tocantins (PA)”. *Novos Cadernos NAEA*, [S.l.], v. 24, n. 3, dez. 2021. ISSN 2179-7536. <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/9747/8101>>.

Ribeiro Vicente, L.; Cardoso, A. C. D. (2020). “Tipologias Espaciais da várzea Amazônica: estudo morfológico de assentamentos em Afuá (PA)”. *Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente*, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 96–112, 2020. DOI: 10.21680/2448-296X.2020v5n3ID20390. <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/20390>.

Scheer, B. (2015).” The epistemology of urban morphology. International Seminar on Urban Form”. *Urban Morphology*. Vol. 19(2), p. 117–34.

Spolaor, S; Oliveira, V. (2021). “Morfologia Urbana e Informalidade: A Busca da identidade local”. *Projectare – Revista de Arquitetura e Urbanismo*. nº 12. Dezembro. 2021.

Trevisan, R. (2011). “Cidades Plantadas na floresta amazônica: Ações Estatais para ocupação e urbanização do centro-norte brasileiro”. *Revista Geográfica de América Central*, vol. 2, julio-diciembre, 2011, pp. 1-18. Universidad Nacional. Heredia, Costa Rica.

<https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820397.pdf>.

Trindade jr, S; C. (2013). Das “Cidades Na Floresta” Às “Cidades Da Floresta”: Espaço, Ambiente E Urbanodiversidade Na Amazônia Brasileira. *Paper do NAEA 321*, Dezembro de 2013. ISSN 15169111

Trindade jr, S; C. (2010). “Diferenciação Territorial e Urbanodiversidade: Elementos Para Pensar Uma Agenda Urbana em Nível Nacional”. *CIDADES*, v. 7, n. 12, 2010.

Ventura Neto, R. Cardoso, A. C. Fernandes, D. Gomes, T. (2014). “Pesquisas sobre o urbano amazônico: diretrizes disciplinares X tradição interdisciplinar”. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*. 11. 10.21713/2358-2332.2014.v11.523.

Watson, V. (2009). “The Planned city sweeps the poor away...’: Urban planning and 21st century urbanization”. *Progress in Planning, Elsevier*, 72, p. 151-193, 2009.

The morphological understanding of human settlements in peripheral contexts: epistemology, form and relations

Abstract. *Urban morphology was created to analyze origins, contexts and scales of historic European cities, in the context of post-war and modernism. More than half a century later, there is still a lack of analytical strategies for understanding forms that do not fit into the standards of formality, and of instruments and methodologies that are capable of understanding the particularities of human settlements of unplanned and/or informal production (Kamalipour; Dovey, 2019, apud Spolaor, Oliveira, 2021). Some concepts and elements of morphology analysis are not easily applicable to the spatialities found in peripheral areas, considered informal. Despite this, some research has confirmed the usefulness of classic concepts of urban morphology (Spolaor, Oliveira, 2021). Creativity in adapting and creating analysis tools for the shape of spaces in peripheral areas has been fundamental, demanding reflections on the understanding of spatialities in contexts not idealized by the literature on morphology and urban planning. The process of urbanization demands the understanding of human living space as a dynamic product for analysis. This article aims to highlight a type of urban in the middle of the forest, with an understanding of the microgrid of traditional Amazon settlements (riverside and quilombolas) in the Baixo Tocantins/PA region, where the elements, relationships and spatial processes demanded new morphological epistemologies.*

Keywords. *urban morphology, settlement microgrid, local identity, traditional Amazonian settlements*

Editores responsáveis pela submissão: Ana Claudia Cardoso, Kamila Oliveira e Alberto Lima.

Licenciado sob uma licença Creative Commons.

